



Realize Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 27.351.731/0001-38 - NIRE 43300060292 - Companhia Fechada

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

APRESENTAÇÃO

A Realize Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (anteriormente denominada Realize Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. e referida neste documento como "Instituição" ou "Realize") é uma Instituição Financeira, controlada pela Lojas Renner S.A. (referida como "Companhia"), que proporciona soluções financeiras conectadas ao varejo, disponibilizando aos clientes um conjunto de produtos e benefícios alinhados a proposta de valor da Companhia.

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos a seguir o Relatório da Administração, comentando os resultados e as principais realizações de negócio relativos ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. Este relatório é parte integrante da Demonstração Financeira, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, a Realize consolidou seu resultado positivo, ao alcançar **um lucro líquido de R\$ 199,3 milhões**, com **ROE de 16,2%**. No papel de impulsionadora do varejo, atingimos um **TPV ON-US de 4,8 bi**, 4% superior em relação ao ano anterior. A fidelização dos clientes manteve-se como prioridade estratégica, e atingimos uma participação das vendas por meio dos cartões de 28,3%. Esse resultado reflete nosso compromisso em atuar com alavanca de fidelização, oferecer a melhor experiência de compras aos nossos clientes e incrementar a venda do varejo.

A Realize segue expandindo e qualificando sua base de clientes para ampliar o uso dos cartões nas marcas das Lojas Renner S.A., com foco na disciplina na concessão de crédito, contribuindo para a manutenção de níveis saudáveis de inadimplência. Em linha com esse direcionamento, o indicador de perda sobre a carteira¹ apresentou uma redução de 1,8 p.p. em relação a 2024, refletindo a consistência dos modelos de crédito e a eficiência dos processos de cobrança e recuperação.

¹ A perda sobre carteira é o percentual que relaciona o provisionamento e as baixas para perda ao total da carteira de crédito.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A partir do 1S25, a Instituição alterou os prazos do reconhecimento de juros de atraso e da baixa de ativos vencidos, em linha com as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23. A adoção dessas disposições visa promover o alinhamento da regulamentação brasileira aos padrões internacionais de contabilidade aplicáveis a instrumentos financeiros.

Abaixo as alterações adotadas pela Realize na demonstração financeira e principais efeitos:

Tema	Até 31/12/2024 (Ex. 4966)	A partir de 01/01/2025 (4.966)	Efeitos	Comportamento
Reconhecimento de juros	Até 60 dias de atraso	Até 90 dias de atraso	Aumento do contas a receber e aumento da receita de juros de atraso Aumento da provisão de perdas, sobre a parcela de receita adicionada à carteira	Recorrente
Baixa de carteira vencida	Após 360 dias	Após 540 dias	Aumento do contas a receber e redução do montante de perdas em créditos líquidas	Benefício não recorrente, efeito temporal apenas no 1º semestre de 2025

Durante 2025, a carteira de crédito alcançou R\$ 6,9 bi, crescimento de 11% quando comparado ao ano de 2024. Esse avanço foi impulsionado, principalmente, pela mudança regulatória que alterou o critério de baixa para prejuízo que ocorria após 360 dias de vencimento e passou para após 540 dias, impactando o estoque em R\$ 492,9 milhões, além do reconhecimento adicional de receita. Excluindo-se estes efeitos, a carteira se manteve estável.

Na carteira comparável até 360 dias, o **índice de inadimplência** da carteira vencida há mais de 90 dias ("Over 90") **teve um ligeiro crescimento, saindo de 14,9% para 15,1%**. Já na carteira total, o indicador atingiu 23,4%, em linha com o esperado diante da mudança regulatória que ampliou o prazo para baixa de operações inadimplentes, elevando temporariamente o estoque vencido.

O resultado bruto da intermediação financeira totalizou **R\$ 620,1 milhões** no período, representando um crescimento de **R\$ 156,3 milhões** em relação ao ano anterior. Esse desempenho é reflexo do aumento de 12% das receitas de intermediações financeiras frente a 2024, impulsionado, de um lado, pela mudança regulatória, que ampliou para 90 dias o critério de *stop accrual*, gerando R\$ 465,8 milhões de receita, e, de outro, pela evolução consistente da qualidade da carteira de crédito.

As despesas operacionais avançaram 3% no período, sustentadas por eficiência operacional que neutralizou incrementos naturais da operação. Como resultado, o **lucro líquido alcançou R\$ 199,3 milhões**, um incremento de R\$ 94 milhões frente ao mesmo período do ano anterior. **O ROE no período alcançou 16,2%**, contra 9,8% em 2024.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O segundo semestre de 2025 foi marcado por uma perda gradual de dinamismo da atividade econômica, em meio à combinação entre desaceleração doméstica e elevação das incertezas externas. Embora a economia brasileira tenha mantido desempenho relativamente sólido ao longo do ano, sustentada pelo forte desempenho agrícola e por um mercado de trabalho ainda aquecido, sinais mais claros de moderação surgiram no período, com indústria, varejo e serviços exibindo perda de ritmo, conforme apontaram indicadores antecedentes e revisões das projeções de crescimento para o ano. Esse movimento passou a refletir, também, o elevado nível de endividamento das famílias, que limitou a expansão do consumo e reduziu a capacidade de absorção de choques em um ambiente de juros elevados.

No âmbito da política econômica, a valorização do real verificada ao longo de 2025 ajudou a aliviar pressões inflacionárias, embora a inflação acumulada ainda permanecesse acima do centro da meta e exigisse postura firme por parte da autoridade monetária. A taxa Selic foi mantida em torno de 15%, refletindo a necessidade de assegurar a convergência da inflação em um contexto de núcleos ainda resistentes, serviços pressionados e incertezas advindas do cenário fiscal e externo. Esse posicionamento mais conservador por parte do Banco Central buscou reforçar o compromisso com a estabilização de preços, em um momento em que o processo de desinflação, embora em curso, ainda demandava cautela.

O cenário internacional também trouxe mais incertezas e deixou os mercados financeiros mais instáveis. A política comercial dos Estados Unidos passou por mudanças significativas, com a adoção de tarifas mais amplas e imprevisíveis, afetando diversos parceiros comerciais, inclusive o Brasil. Embora o impacto direto sobre a economia brasileira tenha se concentrado em setores específicos, as implicações indiretas, como redirecionamento de fluxos globais de comércio, pressões sobre o câmbio e custos de exportação, ampliaram a incerteza estrutural no curto e médio prazo. Paralelamente, a persistência de tensões no Oriente Médio, envolvendo Irã, Israel e Estados Unidos, manteve os mercados globais em alerta, pressionando preços de energia e elevando custos logísticos, com efeitos relevantes sobre economias dependentes de importação de combustíveis e exportação de commodities, como é o caso do Brasil.

Nesse contexto de aperto monetário, maior volatilidade internacional e aumento do prêmio de risco, o mercado de crédito doméstico apresentou sinais de desaceleração. O nível elevado de endividamento das famílias e a compressão da renda disponível limitaram a demanda por novos financiamentos, enquanto condições financeiras mais rígidas restringiram a oferta de crédito por parte do sistema bancário. Esses fatores reforçaram a moderação da atividade e contribuíram para o ambiente de cautela observado na segunda metade do ano.

O cenário para o primeiro semestre de 2026 exige igualmente cautela. Embora a inflação tenha terminado 2025 dentro da banda de tolerância e o processo de desinflação siga avançando, a política monetária deverá permanecer criteriosa no início do novo ano. A expectativa predominante entre analistas é de que os cortes na taxa Selic possam começar gradualmente ao longo do primeiro trimestre de 2026, condicionados à continuidade da queda dos núcleos, à acomodação da inflação de serviços e à manutenção de um câmbio relativamente estável.

GOVERNANÇA CORPORATIVA & GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Realize está inserida dentro do modelo de governança corporativa da Lojas Renner S.A., cujas diretrizes são estabelecidas pelo Conselho de Administração, que conta com o apoio dos seguintes Comitês de assessoramento: Pessoas e Nomeação, Sustentabilidade, Auditoria e Gestão de Riscos e Estratégico. A Controladora conta também com um Conselho Fiscal permanente.

As atividades operacionais da Realize são conduzidas pela Diretoria Executiva, através do Fórum RDIR - Reunião de Diretoria, seguindo as orientações da Lojas Renner S.A. No gerenciamento de riscos, conta com uma estrutura dedicada e independente para identificação, avaliação, controle e mitigação dos riscos financeiros e não financeiros, e de conformidade, que inclui a atuação em compliance e prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo.

A Realize conta também, para a tomada de decisões e mitigações de riscos, com Comitês dedicados a Riscos, Crédito e Cobrança, Produtos e Clientes, Ativos e Passivos, Segurança da Informação, Conduta e Pessoas, que apoiam a Diretoria na tomada de decisões e asseguram a adoção das melhores práticas de governança, a solidez dos controles e a sustentabilidade do negócio.

GESTÃO DE PESSOAS

A Realize acredita no poder das pessoas e constrói uma cultura baseada no desenvolvimento humano, colaboração e alta performance. Nosso compromisso é criar um ambiente que estimule as melhores práticas de gestão de riscos, a inovação e o protagonismo, garantindo igualdade de oportunidades por meio de programas e práticas de Gente e Sustentabilidade.

Somos mais de 230 colaboradores dedicados a encantar e gerar valor para todos os nossos *stakeholders*. Em 2025, atingimos um índice de engajamento de 93, resultado que nos coloca acima do patamar do Mercado Global de Serviços Financeiros, segundo dados da *Willis Towers Watson* - consultoria que apoia a Lojas Renner S.A. nas pesquisas de clima e engajamento.

PERSPECTIVAS

Em 2026, seguiremos conduzindo o negócio com disciplina e foco em resiliência, em um ambiente econômico que ainda demonstra volatilidade e riscos de desaceleração. Diante desse contexto, manteremos uma gestão criteriosa de crédito e riscos, sustentando a concessão seletiva e a rentabilidade das operações.

Avançaremos também em nossas prioridades estratégicas, com o contínuo aprimoramento de processos e o desenvolvimento de soluções que impulsionem o varejo e ampliem a nossa relevância no ecossistema da Lojas Renner S.A.. Permanecemos comprometidos em proporcionar uma jornada de pagamento simples, ágil e segura, fortalecendo nossa posição como alavanca de fidelização de clientes.

CONTRATAÇÃO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

A Realize faz parte do ecossistema da Lojas Renner S.A. que possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. A Lojas Renner S.A. contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda., e as informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizados anualmente, de forma consolidada, no formulário de referência da Lojas Renner S.A..

AGRADECIMENTO

A Realize manifesta sua profunda gratidão a todos os colaboradores, cuja dedicação e compromisso foram essenciais para superar desafios e alcançar resultados significativos. Estendemos nosso agradecimento ao ecossistema, clientes e fornecedores, que, com confiança e parceria, contribuíram para fortalecer nossa trajetória. Juntos, seguimos impulsionando as melhores práticas de gestão de riscos, e as melhores experiências de pagamento e benefícios para os nossos clientes.

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025		Nota	31/12/2025
Ativo			Passivo		
Circulante		5.883.158	Circulante		4.875.243
Disponibilidades	4	20.051	Depósitos e demais instrumentos financeiros		699.332
Instrumentos financeiros		3.045.720	Depósitos		699.332
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4/5	258.998	Depósitos a prazo	11	21.087
Aplicações em operações compromissadas		258.998	Depósitos a prazo - partes relacionadas	11/22	677.992
Títulos e valores mobiliários		118.685	Outros depósitos	11	253
Carteira própria	6	118.685	Obrigações fiscais correntes e diferidas		16.441
Operações de crédito	7	2.668.037	Fiscais e previdenciárias	12	16.441
Operações de crédito		2.668.037	Outros passivos		4.159.470
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(1.427.362)	Cobrança e arrecadação		4.065
Outros ativos financeiros		4.133.535	Sociais e estatutárias		11.172
Títulos e créditos a receber	7	4.113.737	Obrigações por aquisição de bens e direitos		108
Valores a receber - partes relacionadas	22	19.798	Obrigações trabalhistas		10.264
Outros ativos		111.214	Fornecedores a pagar		39.149
Impostos e contribuições a recuperar	8	96.693	Valores a pagar sociedades ligadas	22	1.414.498
Adiantamentos		727	Credores diversos	13	2.680.214
Devedores diversos	9	13.322	Não Circulante		
Despesas antecipadas		472	Passivo exigível a longo prazo		370.691
Não circulante			Depósitos e demais instrumentos financeiros		358.788
Realizável a longo prazo		554.269	Depósitos		358.788
Instrumentos financeiros		328.387	Depósitos interfinanceiros	11	341.934
Títulos e valores mobiliários	6	223.994	Depósitos a prazo	11	16.854
Carteira própria		116.495	Provisões	14	11.594
Cota de fundo de investimento		107.499	Provisões para passivos contingentes		11.594
Operações de crédito	7	104.393	Outros Passivos		309
Operações de crédito		104.393	Outros Credores		309
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(40.705)	Patrimônio líquido	15	1.305.044
Outros ativos financeiros	7	3.836	Capital social		1.062.531
Títulos e créditos a receber		3.836	Reserva de lucros		242.456
Ativos fiscais correntes e diferidos	16.b	262.491	Ajuste de avaliação patrimonial		57
Crédito tributário		262.491			
Outros ativos		260			
Adiantamentos		260			
Permanente	10	113.551			
Imobilizado de uso		7.084			
Intangível		210.908			
(-) Depreciações e amortizações		(104.441)			
Total do ativo		6.550.978	Total do passivo e patrimônio líquido		6.550.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		2º Semestre de 2025	31/12/2025
	Nota	929.189	1.880.366
Receita da intermediação financeira			
Receita de operações de crédito		884.980	1.796.445
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez		20.482	41.459
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		23.727	42.462
Despesa da intermediação financeira		(621.847)	(1.260.317)
Despesas de captação		(30.282)	(63.189)
Despesas de captação - partes relacionadas	22	(50.036)	(90.418)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(541.529)	(1.106.710)
Resultado bruto da intermediação financeira		307.342	620.049
Outras receitas (despesas) operacionais		(204.315)	(331.745)
Receitas de prestação de serviços	17	123.822	244.427
Rendas de tarifas bancárias	18	200.756	403.342
Despesas de pessoal		(47.900)	(85.193)
Outras despesas administrativas	19	(294.755)	(538.916)
Despesas tributárias		(61.418)	(123.897)
Outras receitas operacionais	20	20.735	26.667
Outras despesas operacionais	21	(145.555)	(258.175)
Resultado operacional		103.027	288.304
Resultado antes dos tributos e participações		103.027	288.304
Tributos e participações sobre o lucro	16.a	(7.147)	(89.054)
Imposto de renda e contribuição social corrente		45.367	(63.315)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(52.514)	(25.739)
Lucro líquido do período		95.880	199.250
Quantidade de ações do capital social		1.062.531	1.062.531
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações		0,09	0,19
As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

		2º Semestre de 2025	31/12/2025
		95.880	199.250
Lucro líquido do período			
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do Resultado			
Variação no valor justo de ativos mensurados ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes)		68	20
Ajuste ao valor justo contra o Patrimônio Líquido		113	34
Efeitos fiscais		(45)	(14)
Resultado abrangente do período		95.948	199.270
As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.			



Realize Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 27.351.731/0001-38 - NIRE 43300060292 - Companhia Fechada

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros			
Saldos em 01 de julho de 2025		1.062.531	8.705	137.871	(11)	-	1.209.096
Lucro líquido do período		-	-	-	-	95.880	95.880
Reserva legal		-	4.794	-	-	(4.794)	-
Destinação do resultado		-	-	91.086	-	(91.086)	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	68	-	68
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15	1.062.531	13.499	228.957	57	-	1.305.044
Mutação do período		-	4.794	91.086	68	-	95.948
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.062.531	3.536	67.185	37	-	1.133.289
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4966 (líquido de impostos)		-	-	-	-	39.670	39.670
Saldos em 01 de janeiro de 2025		1.062.531	3.536	67.185	37	39.670	1.172.959
Lucro líquido do período		-	-	-	-	199.250	199.250
Reserva legal		-	9.963	-	-	(9.963)	-
Destinação do resultado		-	-	228.957	-	(228.957)	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	20	-	20
Distribuição de dividendos		-	-	(67.185)	-	-	(67.185)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15	1.062.531	13.499	228.957	57	-	1.305.044
Mutação do período		-	9.963	161.772	20	-	171.755

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Realize Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição" ou "Realize") (anteriormente denominada Realize Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.), sediada na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 401 - Torre Sul - 5º andar - Jardim do Salso - Porto Alegre - RS, foi constituída em 21 de março de 2017 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 27 de junho de 2017, através do Ofício 12.314/2017 BCB/Deorf/GTPAL.

A Realize, controlada indireta da Lojas Renner S.A, tem como objeto social: (i) a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e (ii) a disponibilização de serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento, a gestão de conta de pagamento, a emissão de instrumento de pagamento, a execução de remessa de fundos, a conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA

A demonstração financeira foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente, a apresentação dessa demonstração financeira está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo BACEN até o momento.

A administração declara que preparou a demonstração financeira no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas na demonstração financeira, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Na elaboração da demonstração financeira foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões para perdas, provisão para passivos contingentes, valor justo dos instrumentos financeiros, impostos diferidos e vida útil do ativo imobilizado e intangível. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. E, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Realize revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

Em 10 de fevereiro de 2026, a Diretoria aprovou a emissão da demonstração financeira e autorizou divulgá-la, a partir dessa data.

2.1. Resoluções adotadas a partir de 01 de janeiro de 2025

2.1.1. Adoção de Novas Normas

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, bem como regulamentações complementares e alterações posteriores, entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025, substituindo integralmente a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas normas estabelecem os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, abrangendo, entre outros aspectos, a sua classificação, mensuração, constituição de provisões para perdas, bem como a designação e o reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A adoção dessas disposições tem como objetivo o alinhamento da regulamentação contábil brasileira aos padrões internacionais aplicáveis aos instrumentos financeiros.

As Resoluções foram adotadas de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2025, exceto no que se refere à contabilidade de *hedge*, cuja vigência está prevista para 1º de janeiro de 2027.

Adoção inicial

A Realize, em conformidade com o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, optou por não apresentar informações comparativas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os ajustes decorrentes da adoção inicial dessas normas foram reconhecidos diretamente na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquidos dos efeitos tributários correspondentes (nota explicativa 15 - f).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A seguir estão demonstradas as principais práticas contábeis, as quais são aplicadas para a apresentação desta divulgação.

a) Moeda funcional e de apresentação

A demonstração financeira está apresentada em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Apuração de resultados

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, exceto quando aplicada a Resolução CMN nº 4.966/21, que abrange a apuração de receitas por regime de caixa referente a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

c) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Instituição (Reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Saldos patrimoniais são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio no final de cada período.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira cujo vencimento das operações na data efetiva seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco

insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Realize para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/2020 e alterações posteriores e CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, são considerados como disponibilidade: dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

e) Instrumentos Financeiros

(i) Reconhecimento e Mensuração Iniciais

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que a instituição se torna parte das disposições contratuais do instrumento, ou seja, na data em que são adquiridos, originados ou emitidos.

Para recebíveis originados de contratos com clientes que não possuam um componente de financiamento significativo, o reconhecimento deve ocorrer pelo preço de transação, conforme disposto na regulamentação aplicável. Nos demais casos, os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo.

(ii) Classificação dos Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros:

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias de mensuração: custo amortizado, valor justo por outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por resultado ("VJR").

A classificação e a mensuração subsequente dos ativos financeiros dependem do modelo de negócios adotado pela instituição para gestão desses ativos e das características dos fluxos de caixa contratuais, avaliadas por meio do teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

Instrumentos patrimoniais:

Os instrumentos patrimoniais são mensurados, predominantemente, ao valor justo por meio do resultado. A norma permite, no reconhecimento inicial, a designação irrevogável desses instrumentos para mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ORA), desde que não sejam mantidos para negociação.

A Realize não exerce essa opção, classificando todos os fundos de investimento ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros:

Os passivos financeiros são classificados e mensurados, predominantemente, custo amortizado, exceto pelos compromissos de crédito e créditos a liberar, que são reconhecidos e mensurados de acordo com as disposições regulatórias específicas aplicáveis.

(iii) Renegociação e reestruturação

A renegociação consiste na alteração das condições originalmente pactuadas de um instrumento financeiro ou na substituição do instrumento original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação. A reestruturação constitui uma espécie de renegociação que envolve concessões significativas à contraparte, decorrentes da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas em condições normais de mercado.

As operações são classificadas como reestruturas quando atendem os critérios estabelecidos na regulamentação vigente e detalhados nas políticas internas da instituição. Nestes casos, o valor contábil bruto do instrumento financeiro é reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa efetiva repactuada.

Conforme disposto na Resolução CMN nº 5.146/24, a utilização da taxa de juros efetiva repactuada é facultada somente até 31 de dezembro de 2026, sendo que, a partir desta data, deverá ser utilizada a taxa de juros da operação original.

No caso de renegociação de instrumentos financeiros que não caracterize reestruturação, a Instituição reavalia o instrumento para que seu valor contábil passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros efetiva conforme as condições contratuais renegociadas.

(iv) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito “Perdas Esperadas”

A carteira de crédito da Instituição é composta, principalmente, por operações de crédito pessoal, operações de cartão de crédito e operações de capital de giro, sendo classificada nos termos da Resolução BCB nº 352/23.

Os ativos financeiros são classificados como ativos com problema de recuperação de crédito quando apresentam atraso superior a noventa dias no pagamento de principal ou encargos, ou quando são identificados outros indicadores de que a obrigação não será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas.

Metodologia Simplificada de Apuração das Perdas Esperadas

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução BCB nº 352/23, a Instituição está enquadrada no Segmento (S4), o que permite a utilização da metodologia simplificada para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Apuração de Perdas Incorridas

A Instituição observa os níveis mínimos de provisão estabelecidos na regulamentação para as perdas incorridas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros inadimplidos, sem prejuízo da constituição de provisões em montantes suficientes para cobrir a totalidade das perdas esperadas na realização desses ativos.

O montante de provisão corresponde à aplicação dos percentuais definidos nos anexos I e II da Resolução BCB nº 352/23, observados os períodos de atraso e os tipos de carteira, sobre o valor contábil bruto do respectivo ativo financeiro.

(v) Baixa para prejuízo (Write-off)

Um ativo financeiro é baixado para prejuízo quando não é mais provável que a Instituição recupere, total ou parcialmente o seu valor contábil.

A Instituição mantém controles gerenciais e operacionais para o acompanhamento dos ativos financeiros baixados enquanto não forem esgotadas todas as medidas de cobrança cabíveis, observado prazo mínimo de 5 anos.

Os instrumentos financeiros previamente baixados que venham a ser renegociados são reconhecidos, na data da renegociação, com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito correspondente a 100% do valor do instrumento.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2º Semestre	
		de 2025	31/12/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro / (Prejuízo) antes dos tributos		103.027	288.304
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		535.985	1.108.106
Depreciações e amortizações	10	10.005	21.775
Resultado com títulos e valores mobiliários		(68)	(20)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	541.529	1.106.710
Provisão/Reversão para perdas não associadas ao risco de crédito	20	(2.941)	(2.387)
Provisão/Reversão para passivos contingentes	14	(7.089)	(6.346)
Variação monetária	20	(7.267)	(13.442)
Baixa de intangível	10.b	1.816	1.816
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / Redução de Ativos		(672.517)	(1.248.953)
Títulos e valores mobiliários		(794.951)	(1.218.359)
Operações de crédito		(16.248)	(68.195)
Outros ativos financeiros		(893.904)	(1.273.637)
Impostos e obrigações a recuperar		1.209	13.058
Outros ativos		113.845	110.010
Aumento / (Redução) em Passivos		122.434	(30.594)
Depósitos		147	405
Obrigações fiscais correntes		(160.687)	47.231
Outros passivos		(61.385)	2.594
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(30.544)	(86.210)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(64.049)	61.247
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(488)	(2.513)
Aquisição de intangível	10	(4.149)	(7.367)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(4.637)	(9.880)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos	15.d	-	(67.185)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		-	(67.185)
Variação cambial sobre disponibilidades em moeda estrangeira		68	(206)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		(68.618)	(16.024)
No início do período		347.667	295.073
No fim do período		279.049	279.049

f) Imobilizado de uso

No momento da aquisição, o registro é realizado pelo valor de custo. A depreciação é reconhecida pelo valor do ativo ao longo do tempo e o método utilizado é o linear, que consiste em distribuir o custo do ativo de forma uniforme ao longo de sua vida útil estimada.

g) Intangível

Representa os bens não físicos que possuem valor econômico, como desenvolvimento de projeto, softwares, marcas e patentes. São registrados pelo valor de custo e o método da amortização é linear, pelo prazo de vida útil definida.

h) Recuperação ao valor recuperável de ativo

Impairment é um procedimento contábil utilizado para garantir que o valor registrado do ativo não exceda seu valor recuperável, porém, quando o valor do ativo exceder o valor recuperável, deverá ser reconhecida como uma perda por *impairment*, e essa perda se reflete na baixa do valor contábil do ativo.

Os testes para *impairment* estão sujeitos a avaliações em forma periódica ou quando há indícios de perdas de valor de recuperação.

A vida útil do ativo imobilizado e do intangível é reavaliada anualmente com base em análises técnicas realizadas por especialistas, também temos consultoria de empresas especializadas para avaliação de vida útil de imobilizado e análise da CPC 04 - Ativo Intangível.

i) Depósitos, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *“pro-rata”*.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, com os critérios definidos na Deliberação CVM 72/2022, e consideram premissas definidas pela Administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos na demonstração financeira apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e/ou previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** são divulgadas em notas explicativas e sem constituição de provisões;
- **Remotas:** que não requerem provisão ou divulgação.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos, conforme CPC, integralmente na demonstração financeira.

k) Imposto de renda e contribuição social (Ativo e Passivo), PIS, Cofins e ISS

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Base de incidência	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda	Lucro	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	Lucro	15%
PIS/PASEP	Receita	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Receita	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN*	Prest. Serviços	2,5% e 5%



Realize Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 27.351.731/0001-38 - NIRE 43300060292 - Companhia Fechada

As alíquotas aplicáveis são de 15% para a contribuição social e de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício, para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A alíquota de contribuição social a partir de abril de 2026 passará a ser aplicada a um percentual de 17,5%, conforme Lei Complementar nº 224 de 26 de dezembro de 2025.

Os créditos tributários de diferenças temporárias são constituídos para as despesas apropriadas no exercício e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, mas cujas exclusões ou compensações futuras, para fins de apuração de lucro real, estão explicitamente estabelecidas ou autorizadas pela legislação tributária. Os créditos tributários são registrados pelas alíquotas que se espera que sejam realizados/compensados, considerando os estudos técnicos e avaliações da Administração, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020. O efeito fiscal dos ganhos ou perdas não realizados com ativos financeiros é registrado no ativo/passivo fiscal diferido, referente ao Imposto de Renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (15%) a se realizar até o primeiro trimestre de 2026, e (17,5%) a se realizar a partir de abril de 2026, conforme expectativa de realização dos créditos tributários futuros. A realização desses ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis.

A Realize manteve, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, saldos de prejuízos fiscais decorrentes da aplicação do regime de apuração do lucro real apurados no ano anterior. Esses prejuízos fiscais podem ser utilizados para compensação com lucros tributáveis futuros, observadas as limitações estabelecidas pela legislação vigente.

I) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos acionistas pela média ponderada de ações ordinárias no período. O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação, porém, considerando potenciais efeitos de diluição, quando existentes. Em 31 de dezembro de 2025 o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

m) Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação de itens classificados como resultado não recorrente é realizada semestralmente e, quando identificados, serão devidamente evidenciados em nota explicativa.

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025
Depósitos bancários	18.149
Disponibilidades em moeda estrangeira (a)	1.902
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	258.998
Total	279.049

(a) Os valores de disponibilidades em moeda estrangeira (dólar) referem-se ao processo de liquidação da operação com bandeiras de cartão de crédito.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por operações compromissadas com característica de revenda no próximo dia útil (overnight), lastreadas por títulos públicos.

	Rentabilidade (% CDI)	31/12/2025
Aplicações em operações compromissadas		258.998
Posição Bancada		258.998
Letras do tesouro nacional (LTN)	97,65% a 100,00%	178.999
Notas do tesouro nacional (NTN)	100,00%	79.999
Total		258.998

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

		31/12/2025				
	Rentabilidade (% CDI)	Valor de custo	Valor de mercado	Até 12 meses	Acima de 12 meses	
VJORA		205.118	205.174	118.396	86.778	
Letra financeira do tesouro (LFT)	96,55% a 100,36%	205.118	205.174	118.396	86.778	
Títulos vinculados à prestação de garantia		29.966	30.006	289	29.717	
Letra financeira do tesouro (LFT) vinculado à garantia	102,03% a 102,09%	29.966	30.006	289	29.717	
Total		235.084	235.180	118.685	116.495	

b) Segregação por hierarquia de valor justo

		31/12/2025				
		Nível 1	Até 12 meses	Acima de 12 meses		
Títulos e valores mobiliários						
Letra financeira do tesouro (LFT)		205.174	118.396	86.778		
Letra financeira do tesouro (LFT) vinculado à garantia		30.006	289	29.717		
Total		235.180	118.685	116.495		

c) Custo Amortizado

		31/12/2025				
	Rentabilidade (% CDI)	Valor de custo	Valor de mercado			
Cota de fundo de investimento de Renda Fixa vinculado à garantia	98,61%	107.499	107.499			
Total		107.499	107.499			

A carteira do fundo é composta substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas. Os valores vinculados à garantia referem-se à operação com bandeiras de cartão de crédito.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

São compostas de empréstimos concedidos a pessoas físicas e jurídicas, decorrentes de operações de crédito, capital de giro e cartão de crédito.

a) Composição das operações de crédito e títulos e créditos a receber por tipo de operações:

	31/12/2025
Cartão de crédito bandeirado (Meu Cartão)	2.437.840
Cartão de crédito Renner (Private Label)	315.163
Empréstimo crédito pessoal (Saque Rápido)	10.476
Capital de Giro	8.951
Total operações de crédito	2.772.430
Circulante	2.668.037
Realizável a longo prazo	104.393
Total	2.772.430
Cartão de crédito bandeirado (Meu Cartão)	3.636.110
Cartão de crédito Renner (Private Label)	481.463
Total operações com características de concessão de crédito	4.117.573
Circulante	4.113.737
Realizável a longo prazo	3.836
Total	4.117.573
Total operações de crédito e operações com características de concessão de crédito	6.890.003

b) Composição carteira de crédito por nível de risco e por faixas de atraso

	C4	C5	31/12/2025		
			Valor	%	
Ativos não problemáticos					
Zero a 14 dias	8.951	4.765.021	4.773.972	69,29%	
15 a 30 dias	-	87.887	87.887	1,28%	
31 a 60 dias	-	111.536	111.536	1,62%	
61 a 90 dias	-	105.986	105.986	1,54%	
Ativos problemáticos não inadimplidos					
Menor que 90 dias	-	212.422	212.422	3,08%	
Ativos problemáticos inadimplidos					
Menor que 30 dias	-	138.758	138.758	2,01%	
Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	-	128.334	128.334	1,86%	
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	-	119.734	119.734	1,74%	
Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	-	121.517	121.517	1,76%	
Igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	-	109.988	109.988	1,60%	
Igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	-	123.147	123.147	1,79%	
Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	-	115.738	115.738	1,68%	
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	-	139.880	139.880	2,03%	
Igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	-	110.243	110.243	1,60%	
Igual ou maior que 9 e menor que 10 meses	-	95.799	95.799	1,39%	
Igual ou maior que 10 e menor que 11 meses	-	99.232	99.232	1,44%	
Igual ou maior que 11 e menor que 12 meses	-	80.661	80.661	1,17%	
Igual ou maior que 12 e menor que 13 meses	-	77.446	77.446	1,12%	
Igual ou maior que 13 e menor que 14 meses	-	68.678	68.678	1,00%	
Igual ou maior que 14 e menor que 15 meses	-	69.045	69.045	1,00%	
Total	8.951	6.861.052	6.890.003		

e) Composição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por operação

		Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total de operações	Perdas esperadas incorridas	Perdas esperadas adicionadas	Total de perda esperada
Carteira	Situação						
C4	Ativos não problemáticos	8.951	-	8.951	-	(170)	(170)
C5	Ativos não problemáticos	4.769.301	301.129	5.070.430	-	(159.194)	(159.194)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	191.933	20.489	212.422	-	(118.284)	(118.284)
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	70.624	1.527.576	1.598.200	(1.134.825)	(55.594)	(1.190.419)
Total		5.040.809	1.849.194	6.890.003	(1.134.825)	(333.242)	(1.468.067)

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º Semestre de 2025	31/12/2025
Saldo inicial	(1.440.744)	(947.845)
Impacto no Patrimônio Líquido Resolução nº 4.966/21	-	66.116
Constituição de provisão	(541.529)	(1.106.710)
Baixa por perdas	514.206	520.372
Total	(1.468.067)	(1.468.067)
g) Créditos reestruturados e renegociados		
O estoque dos créditos reestruturados e renegociados é composto pelas operações que se mantiveram ativas na carteira em 31 de dezembro. Os valores foram apurados considerando os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23.		
	31/12/2025	
	363.334	
	189.420	
Total	552.754	

Instrumentos financeiros reestruturados¹
Instrumentos financeiros renegociados²

¹ acordos com atraso superior a 90 dias ou em perda

² acordos com atraso inferior a 90 dias

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	31/12/2025
Impostos a compensar	79.713
Antecipação de IR e CS	16.980
Total	96.693

9. DEVEDORES DIVERSOS

	31/12/2025
Saldos contestados (a)	6.554
Valores a receber seguros	4.316
Operações de crédito a processar	804
Outros devedores diversos	1.648
Total	13.322

(a) Os valores de "Saldos Contestados" estão vinculados ao fluxo de compra feita pelo cliente. O montante registrado nesta linha refere-se ao crédito confiança, que está sendo analisado, quando o cliente sinaliza o não reconhecimento de um valor de compra, utilizando o Meu Cartão e aos valores de *Chargeback*, que contemplam os processos de contestações de transações ainda não finalizados junto as bandeiras Visa e MasterCard.

10. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado de uso

	31/12/2025					Valor	
	Taxa anual de Depreciação	Saldo Inicial	Transfe- rência	Adição	Baixas	Depre- ciação líquido	
Instalações Móveis e equipamentos	10%	-	-	1.343	-	(134)	1.209
Equipamentos de comunicação e informática	10%	102	-	404	-	(62)	444
	20%	1.301	-	766	-	(603)	1.464
Total		1.403	-	2.513	-	(799)	3.117

b) Intangível

		31/12/2025					Valor
	Taxa anual de amortização	Saldo Inicial	Transferência	Adição	Baixas	Amortização	contábil líquido
Desenvolvimento de software (a)	12,50%	85.305	1.301	-	-	(14.745)	71.861
Intangível em andamento	-	3.079	(1.301)	7.367	(1.816)	-	7.329
Softwares	20%	4.460	-	-	-	(4.399)	61
Marcas (b)	5,20%	33.015	-	-	-	(1.832)	31.183
Total		125.859	-	7.367	(1.816)	(20.976)	110.434

(a) Referem-se à desenvolvimento de novas tecnologias, através de licenças adquiridas e serviços de terceiros. Tais iniciativas visam promover a evolução contínua das soluções digitais da Realize, fortalecendo sua integração ao ecossistema e ao hub de negócios.

(b) Os valores das "Marcas" referem-se ao saldo residual de aquisição das Marcas "Banco Renner", "Renner", "Renner Banco" e "Rennercard" pela Realize ocorrida em 2023.

(a) Referem-se à desenvolvimento de novas tecnologias, através de licenças adquiridas e serviços de terceiros. Tais iniciativas visam promover a evolução contínua das soluções digitais da Realize, fortalecendo sua integração ao ecossistema e ao hub de negócios.

(b) Os valores das "Marcas" referem-se ao saldo residual de aquisição das Marcas "Banco Renner", "Renner", "Renner Banco" e "Rennercard" pela Realize ocorrida em 2023.

11. DEPÓSITOS - CUSTO AMORTIZADO

A classificação por natureza e categoria para fins de avaliação dos passivos financeiros da Instituição em 31 de dezembro de 2025 é demonstrada abaixo:

		31/12/2025				
		Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos interfinanceiros		-	-	341.934	341.934	
Depósitos a prazo		5.746	15.341	16.854	37.941	
Depósitos a prazo - partes relacionadas(*)	22	-	677.992	-	677.992	
Outros depósitos		253	-	-	253	
Total		5.999	693.333	358.788	1.058.120	

(*) As operações de depósitos a prazo - partes relacionadas possuem liquidez imediata.

c) Concentração de Clientes

	31/12/2025	
	Valor	%
Maior devedor (*)	8.951	0,13%
10 maiores seguintes	527	0,01%
50 maiores seguintes	2.125	0,03%
100 maiores seguintes	3.630	0,05%
Demais	6.874.770	99,78%
Total	6.890.003	100,00%

(*) Relacionado a concessão de operação de Capital de Giro.

d) Composição por vencimento

	31/12/2025	
	Carteira	Provisão
Vencidos	1.849.194	(1.213.996)
A vencer até 3 meses	3.442.097	(117.055)
A vencer de 3 até 12 meses	1.490.483	(96.311)
A vencer de 1 a 3 anos	108.229	(40.705)
Total	6.890.003	(1.468.067)

12. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	31/12/2025
PIS/COFINS a recolher	(9.245)
Impostos e contribuições retidos a recolher	(3.816)
Imposto sobre serviços (ISS)	(1.442)
Contribuição previdenciária (INSS)	(1.583)
Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS)	(355)
Total	(16.441)

13. CREDORES DIVERSOS

	31/12/2025
Valores a pagar bandeiras (a)	2.608.033
Outros	72.181
Total	2.680.214
(a) O montante principal deste grupo de contas refere-se aos valores a repassar às bandeiras de cartão de crédito, oriundos de compras à vista e parceladas. As bandeiras são responsáveis pelo repasse dos valores aos adquirentes, que por sua vez, pagam às empresas conveniadas. As operações são registradas na data da compra e o repasse financeiro ocorre 27 dias após a confirmação, para operações nacionais e no dia seguinte para operações internacionais.	

14. PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES

	31/12/2025
Natureza	
Cíveis	10.893
Tributárias (a)	611
Total	11.594
Para constituição de provisão para processos cíveis, considera-se o histórico de obrigações efetivamente liquidadas, por se tratar de litígios massificados cujo valor atribuído à causa, frequentemente, não reflete a real exposição econômica e não é possível determinar o momento em que ocorrerão os desembolsos, dada a natureza e a imprevisibilidade da evolução processual. Assim, a Administração entende que a provisão registrada constitui a melhor estimativa da obrigação presente e da exposição a essa natureza de risco.	

(a) Em janeiro de 2025, foi lavrado auto de infração por suposta exclusão indevida das despesas de correspondente bancário da base de cálculo de PIS e COFINS cumulativos, dos anos de 2020 a 2024, no valor atualizado de R\$ 31 milhões. Os assessores jurídicos da Realize classificam a perda como "possível", em especial pela inexistência de decisões definitivas desfavoráveis vinculantes. O valor provisionado como contingência tributária no montante de R\$ 611, está relacionado aos custos sobre os honorários incidentes sobre referido processo e constituem provisão para desembolso efetivo da Instituição.

A movimentação da provisão para passivos contingentes:

	2º Semestre de 2025			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Saldo Inicial	18.055	57	571	
Provisão/(Reversão)	(7.072)	(57)	40	
Saldo Final	10.983	-	611	

	31/12/2025			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Saldo Inicial	17.940	-	-	
Provisão/(Reversão)	(6.957)	-	611	
Saldo Final	10.983	-	611	

As causas cíveis com probabilidade de perdas possíveis não provisionadas totalizam o montante de R\$13.850 em 31 de dezembro de 2025, correspondendo a 2.568 ações.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Realize em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.062.531 pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, correspondendo a 1.062.531.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A controladora direta da Instituição é a Realize Participações S.A. e a controladora indireta final é a Lojas Renner S.A.

A participação de cada uma das empresas que compõe o capital social da Realize está demonstrada abaixo:

	Participação
Realize Participações S.A.	90,58352%
Lojas Renner S.A.	9,41180%
Dromegon Participações Ltda	0,00468%

b) Reserva legal

É constituída, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Outras reservas de lucros

Em caso de saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição da reserva legal, deverá ser integralmente destinado. Tal reserva poderá ser utilizada para compensar eventuais prejuízos futuros, no aumento de capital da Instituição e/ou pagamento de dividendos adicionais.

d) Distribuição de dividendos

Conforme descrito em estatuto social da Realize, capítulo VII, artigo 30, "O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Administração o julgar incompatível com a situação financeira, podendo a Dire



Realize Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 27.351.731/0001-38 - NIRE 43300060292 - Companhia Fechada

e) Resultado do período

O resultado apurado em 31 de dezembro de 2025 foi destinado a Reserva legal e Reserva de Lucros conforme ata de reunião de diretoria de 10 de fevereiro de 2026.

	2º Semestre	
	de 2025	31/12/2025
Lucro do período	95.880	199.250
Destinação para reserva legal (5%)	4.794	9.963
Destinação para reserva estatutária	91.086	189.287

f) Adoção Inicial das Normas

Os efeitos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 impactou a conta de Lucros e Prejuízos Acumulados com o saldo de R\$ 39.670 em janeiro de 2025.

	Patrimônio Líquido
Patrimônio Líquido em 31/12/2024	1.133.289
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	66.116
Efeitos Tributários	(26.446)
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	1.172.959

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrado como segue:

	2º Semestre		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da base de cálculo do IR e CS	103.027	103.027	288.305	288.305
Adições e (exclusões):				
Provisões para perdas esperadas	(93.686)	(93.686)	(33.140)	(33.140)
Créditos recuperados	-	-	32.464	32.464
Selic indêbitos tributários	(13.443)	(13.443)	(13.443)	(13.443)
Incentivo de inovação tecnológica (Lei 11.196/2005)	(18.714)	(18.714)	(18.714)	(18.714)
Provisão para passivos contingentes	(7.089)	(7.089)	(6.347)	(6.347)
Provisões outras	5.468	5.468	135	135
Provisão gratif. e participação no resultado	232	-	3.026	-
PAT - programa de alimentação ao trabalhador	(5.066)	-	(6.937)	-
Despesas indedutíveis	360	360	523	523

Base de cálculo IRPJ antes das compensações (28.911) (24.077) 245.872 249.783

(-) Compensação prejuízo fiscal (8.673) (7.223) 73.761 74.935

Base de cálculo após as compensações (20.238) (16.854) 172.111 174.848

IRPJ/CSLL Corrente 28.758 16.609 (38.845) (24.470)

IRPJ/CSLL Diferido (38.039) (14.475) (21.176) (4.563)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo fiscal diferido líquido registrado no grupo “Ativos fiscais correntes e diferidos - Crédito Tributário” é assim representado:

	2025		
	IRPJ 25%	CSLL 15%	CSLL 17,5%
Provisões para perdas esperadas *	333.242	269.432	63.810
Prejuízo fiscal e base negativa **	169.081	19.926	147.981
Base de transição Res. 4.966/21 e Lei 14.467/22 ***	107.662	3.845	103.817
Provisões passivos contingentes - (Cíveis/Trib/Trab)	11.594	-	11.594
Provisão para programa de participação nos resultados	11.172	-	11.172
Provisão para perdas - agenda financeira	270	-	270
Provisão para chargeback	39	-	39
Provisão Outras	2.296	-	2.296
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	635.356	293.203	340.979

Imposto de renda e contribuição social diferidos 158.839 43.980 59.672

(*) A base de provisão para créditos de liquidação duvidosa está composta pelos saldos de perda esperada, conforme Resolução 4.966/21.

(**) Prejuízo fiscal oriundo de créditos tributários de diferenças temporárias constituídos antes do início da vigência da Resolução 4.966/21, elegíveis para a dedutibilidade fiscal conforme Lei 9.430/96.

(***) Base de transição estabelecida pelo artigo 6º da Lei 14.467/22.

Valor presente dos créditos tributários

De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.842/20, o valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa SELIC de 15% a.a. está representado por R\$ 122.535 referente ao imposto de renda e R\$ 80.344 referente a contribuição social.

O saldo de créditos tributários refere-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados para refletir os efeitos futuros atribuíveis, à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão de passivos contingentes (cíveis, tributários e trabalhistas) e títulos e valores mobiliários - marcação à mercado, provisão para participação em resultados, provisão prudencial e provisão para perdas em contestação/agenda financeira. De acordo com a legislação vigente foram atendidas todas as premissas necessárias para constituição e a manutenção dos créditos tributários (nota explicativa 3 - k).

Realização

Os créditos tributários a seguir apresentados, são registrados por seu valor nominal de R\$ 262.491 e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é que ocorra nos próximos exercícios. Os créditos tributários com expectativa de realização futura a partir do segundo trimestre de 2026, estão sendo apresentados com a majoração da alíquota da CSLL para 17,5%, conforme Lei Complementar nº 224 de 26 de dezembro de 2025.

Selic 15% a.a	Vir Nominal	Vir Presente	IRPJ	CSLL
Até 1 ano	155.147	134.910	82.553	52.357
Até 2 anos	36.200	27.373	16.102	11.271
Até 3 anos	30.232	19.878	11.693	8.185
Até 4 anos	21.343	12.203	7.178	5.025
Até 5 anos	6.523	3.243	1.908	1.335
Até 6 anos	6.523	2.820	1.659	1.161
Até 7 anos	6.523	2.452	1.442	1.010
Total	262.491	202.879	122.535	80.344

17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre	31/12/2025
	de 2025	
Taxa de administração de cartão	107.823	211.329
Receita com venda de seguros	15.750	32.588
Outras receitas de prestação de serviços	249	510
Total	123.822	244.427

DIRETORIA

Paula Luciana Viana da Silva Lima Mazanek - Diretora Presidente

18. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	2º Semestre	31/12/2025
	de 2025	
Anuidade	157.967	318.289
Tarifa de avaliação emergencial	40.424	80.361
Outras tarifas	2.365	4.692
Total	200.756	403.342

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre	31/12/2025
	de 2025	
Correspondente bancário	(89.812)	(155.445)
Processamento de dados	(67.992)	(132.652)
Serviços técnicos e de terceiros	(37.089)	(63.523)
Cobrança	(34.020)	(66.729)
Serviços compartilhados (Central de Atendimento/Cobrança)	(17.717)	(36.909)
Depreciação e amortização	(10.006)	(21.776)
Publicidade e propaganda	(16.766)	(24.657)
Serviços gráficos	(6.813)	(12.107)
Informações de crédito	(5.772)	(11.230)
Correios	(3.332)	(5.650)
Serviços do sistema financeiro	(444)	(902)
Despesas Judiciais	(609)	(1.093)
Viagens	(766)	(1.263)
Mensalidades (entidades de classe)	(575)	(1.124)
Seguros	(12)	(12)
Outras despesas administrativas	(3.030)	(3.844)
Total	(294.755)	(538.916)

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	31/12/2025
	de 2025	
Variação monetária	7.267	13.442
Reversão de provisão para passivos contingentes	7.089	6.346
Reversão de provisão para perdas não associadas ao risco de crédito (*)		
	2.941	2.387
Outras receitas	3.438	4.492
Total	20.735	26.667

(*) Refere-se a reversão de provisões atreladas aos fluxos de agenda financeira e saldos contestados.

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre	31/12/2025
	de 2025	
Descontos concedidos	(129.550)	(232.233)
Indenizações cíveis	(4.696)	(9.553)
Perdas operacionais	(4.000)	(7.802)
Variação cambial	89	(185)
Baixa de ativos tangíveis e intangíveis	(1.816)	(1.816)
Outras despesas	(5.582)	(6.586)
Total	(145.555)	(258.175)

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2025, os principais saldos de ativos e passivos, bem como das transações que influenciaram o resultado, estão de acordo com as condições contratuais estabelecidas entre as partes, sendo:

	31/12/2025	
	Contro-ladora	Outras Parte Relacionadas
		Fashion Business Comércio
	Lojas Renner S.A.	Maxmix Comercial Ltda. de Roupas Ltda.
Ativo	19.713	59 26 19.798
Valores a receber - operações de crédito:	19.702	56 26 19.784
Meu Cartão	17.637	- 17.637
Private Label	2.065	56 26 2.147
Valores a receber - “outros”	11	3 - 14
Passivo	2.054.730	35.600 2.160 2.092.490
Depósitos a prazo - partes relacionadas	677.992	- 677.992
Valores a pagar - operações de crédito:	1.357.964	34.800 2.160 1.394.924
Meu Cartão	863.849	27.377 - 891.226
Empréstimo Pessoal	62	- 62
Private Label	494.053	7.423 2.160 503.636
Compartilhamento de despesas (a)	18.774	800 - 19.574
Resultado	(292.805)	(9.061) - (301.866)
Rateio de despesas corporativas (a)	(55.181)	(823) - (56.004)
Despesa com prestação de serviços (b)	(147.206)	(8.238) - (155.444)
Despesa com captação	(90.418)	- - (90.418)
Demais transações - partes relacionadas	2.022	- - 2.022
Compra de ativo imobilizado	2.022	- - 2.022

(a) Referem-se a despesas incorridas na Instituição, que foram custeadas pela Lojas Renner S.A. e serão reembolsadas e despesas compartilhadas entre a Instituição e a Controladora Indireta (Lojas Renner S.A.).

(b) Refere-se a remuneração paga à Lojas Renner S.A. e Maxmix Comercial Ltda pela prestação de serviço de correspondente bancário.

23. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em 31 de dezembro de 2025, os benefícios proporcionados pela Instituição, na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores estavam assim compostas:

	2º Semestre	31/12/2025
	de 2025	
Remuneração (*)	1.166	2.332
Outros benefícios	96	195
Total	1.262	2.527

*O pró-labore dos diretores estatutários estão registrados como remuneração.

Conforme Legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos para: (i) Diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; (ii) Às pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do BACEN, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixadas pelo CMN, em caráter geral; (iii) Às pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10% (dez por cento); (iv) Às pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento), quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Realize Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. possui estrutura independente e dedicada ao gerenciamento integrado de riscos. Em constante desenvolvimento e com o propósito de ser uma importante ferramenta na identificação e

avaliação das oportunidades e ameaças do negócio, organiza-se coordenando três grandes grupos, os riscos de conformidade, os riscos financeiros e os riscos não-financeiros.

a) Riscos de Conformidade

Compreendendo os escopos de compliance, controles internos e prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP), atua com a missão de manter a Realize em pleno atendimento das regras e regulamentações que permeiam a atividade de intermediação financeira, assegurando que os principais riscos de conformidade sejam identificados, avaliados, monitorados e controlados de forma eficiente e eficaz. No âmbito de PLD/FTP existe um programa com princípios e diretrizes que buscam prevenir a utilização da Realize em práticas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo. Esse programa inclui: políticas; avaliação interna de risco de lavagem de dinheiro; procedimentos destinados a conhecer clientes, fornecedores/parceiros, funcionários; monitoramento, seleção e análise de operações e situações suspeitas; reporte ao COAF quando cabível; e capacitação sobre o tema.

b) Riscos Financeiros

Contemplando os riscos de mercado, liquidez, crédito e gerenciamento de capital, atua com a missão de manter a exposição aos riscos compatível com o tamanho e complexidade da operação, respeitando o apetite a risco da instituição.

i) Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities), conforme estabelecido pelo CMN.

No monitoramento do risco de mercado são utilizados indicadores padronizados, seguindo as melhores práticas de mercado e condizentes com a complexidade e a relevância do risco para a Realize.

ii) Risco de Liquidez

É definido como a possibilidade de não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Para o risco de liquidez são monitorados indicadores diários para os cenários de curto prazo, e projetadas necessidade de captação de recursos com horizonte curto e longo prazo. Além disso, conta com plano de contingência de liquidez, para garantir que, mesmo em cenários adversos, a companhia seja capaz de honrar com todas suas necessidades

iii) Risco de Crédito

É definido como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em reestruturações e dos custos de recuperação.

Na gestão do risco de crédito a Realize adota as melhores práticas de mercado, sempre em consonância com os normativos do Banco Central, e das normas contábeis, tendo a visão da expectativa de perdas e agindo para mitigar riscos indesejados. Além disso, sempre buscando a melhoria de seus processos, age de forma proativa na melhoria de seus modelos de concessão e cobrança, garantindo uma carteira saudável e rentável.

c) Riscos não financeiros

Representado pelos riscos operacionais, riscos cibernéticos, riscos sociais, ambientais e climáticos, são monitorados através de ciclos regulares contemplando mapeamentos, investigações, testes, análises e relatórios tempestivos de acordo com a exposição ao risco considerando os impactos e probabilidades estimados bem como os cenários previstos.

Por fim, através de mecanismos de governança a Realize busca a adequada exposição ao risco considerando a estratégia da companhia e as regulamentações vigentes. As políticas e os limites de apetite por riscos são revisados no mínimo anualmente e aprovados pela diretoria da Realize.

d) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital tem como propósito prever o capital necessário para suportar o crescimento da Companhia e planejar as fontes adicionais de capital, de modo a manter com eficiência e eficácia a compatibilidade entre os ativos ponderados pelo risco (RWA) e o patrimônio de referência (PR), de acordo com a regulamentação vigente. O capital da instituição deve ser suficiente para cobrir, além da exigência para os riscos de crédito, mercado e operacional, o risco proveniente da variação da taxa de juros da carteira de não negociação (banking) e demais riscos relacionados ao planejamento estratégico da instituição.

Gerenciamento de Capital consiste na construção de cenários prospectivos, considerando premissas normais e estressadas que serão determinantes na realização de ações preventivas à insuficiência de capital. Adicionalmente, a Companhia conta com um Plano de Contingência de Capital, que estabelece diretrizes operacionais e procedimentos para administrar e conservar a qualidade do capital da Realize, mantendo-o suficiente para cobrir os riscos potencializados em circunstâncias de crise.

Em 31 de Dezembro de 2025, o Índice de Basileia apurado para a Realize Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. foi de 22,03%, acima do mínimo regulatório, considerando os adicionais (10,5%).

	31/12/2025	30/06/2025	31/12/2024	Variação 12 meses	Variação 6 meses
PR	1.123.455	996.557	1.005.491	11,73%	12,73%
RWA	5.098.665	4.814.944	4.943.385	3,14%	5,89%
Índice de Basileia	22,03%	20,70%	20,34%	+1,69p.p.	+1,33p.p.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

A reforma tributária sobre o consumo avançou com a publicação da Lei Complementar nº 214, em 16 de janeiro de 2025 (resultado do PLP nº 68/2024). Esta norma regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

Na sequência, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227 (derivada do PLP nº 108/2024), que institui o Comitê Gestor do IBS (CGIBS), definindo regras para administração, fiscalização, arrecadação e distribuição da receita.

Impactos Setoriais e Tributários:

• Serviços Financeiros: As alíquotas de IBS/CBS passarão por um aumento progressivo entre 2027 e 2033, subindo de 10,85% para 12,50%.

• ISS: Para serviços atualmente sujeitos ao ISS, prevê-se, no mesmo período, uma redução progressiva da alíquota.

A Instituição segue monitorando a evolução da regulamentação e aguarda a publicação das normas complementares pela Receita Federal e pelo Comitê Gestor do IBS, essenciais para a plena implementação do novo modelo tributário. Devido à complexidade e ao processo de transição, ainda não é possível mensurar com exatidão os impactos financeiros finais dessas mudanças.

26. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 8 de janeiro de 2026, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a Realize deliberou a redução de seu capital social no montante de R\$ 250 milhões, passando de R\$ 1.062.531.000,00 para R\$ 812.531.000,00, mediante o cancelamento de 250 milhões de ações ordinárias. O requerimento correspondente foi protocolado junto ao Banco Central do Brasil em 20 de janeiro de 2026 e encontra-se sob análise da autoridade reguladora.

CONTADOR

Diego Luis Cunha - Contador - CRC RS-090162/O



Realize Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
CNPJ nº 27.351.731/0001-38 - NIRE 43300060292 - Companhia Fechada

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da
Realize Sociedade de Crédito, Investimento e Financiamento S.A.
(anteriormente denominada Realize Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.)
Porto Alegre / RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Realize Sociedade de Crédito, Investimento e Financiamento S.A. (anteriormente denominada Realize Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.) ("Realize"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Realize Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. ("Realize") em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Realize, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Ênfase
Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.1.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referente ao período de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352/23 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalvas relacionada a este assunto.
Outros assuntos
Auditoria das demonstrações financeiras dos períodos anteriores.
O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do

resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, e respectivas notas explicativas, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2025, sem modificações.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Realize é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Realize continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Realize ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.
Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Realize.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Realize. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Realize a não mais se manter em continuidade operacional.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/F-7

Almir Eduardo Bertoncelo
Contador CRC PR-052082/O

Jornal do Comércio

ANUNCIE NO JC
O ALCANCE QUALIFICADO
QUE A SUA MARCA PRECISA



ENTRE EM
CONTATO

WHATSAPP: (51) 3213-1342
EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

